

---

# LUZES DA INSTRUÇÃO: iniciativas particulares de escolarização no Século XIX

Aline de Moraes Limeira<sup>(\*)</sup>

## RESUMO

No século XIX a instituição escolar foi forjada e legitimada pelo poder público e pela sociedade como o espaço privilegiado, o mais adequado, para se promover a instrução. Diversos tipos de escolas e práticas educativas surgiram a partir de iniciativas de particulares e pelas ações do Estado Imperial em todo país. No entanto, a malha particular de ensino, localizada na Corte Imperial, alcançou índices mais significativos nas estatísticas que contabilizavam números de colégios e alunos. Neste sentido, é imprescindível para o campo da História da Educação conhecer e compreender a organização e o funcionamento daquelas experiências. Contribuindo com a tarefa, este estudo apresenta e reflete acerca de alguns aspectos relacionados ao tema "educação particular", como liberdade de ensino, dados estatísticos, legislação, anúncios e estrutura física de prédios escolares. A realização do investimento foi possível a partir de uma operação metodológica que se baseia na leitura e análise de fontes primárias datadas da segunda metade do Oitocentos: ofícios, relatório, legislações e propagandas.

**Palavras-chaves:** história da educação, Estado Imperial, ensino particular

O século XIX assistiu ser protagonizada uma determinada vontade de verdade: tornar a formação do povo um problema. Sendo estabelecida como tal, seria mister investir na solução daquele problema, forjá-la, legitimá-la. Assim, no decorrer da segunda metade do Oitocentos, se vê nos documentos oficiais, nos impressos, nos livros e nos discursos, de uma maneira geral, muitas propostas, debates e projetos, cuja intenção era tornar a instrução algo viável.

As iniciativas envolviam transformações sociais, políticas, econômicas e culturais, haja vista que o cenário era bem específico. Muitas mudanças formavam a jovem sociedade brasileira que, independente, enfrentava (e enfrenta) o trabalho escravo<sup>1</sup> como uma questão a ser reformulada, o reordenamento político do novo regime com a queda da monarquia, o alto índice de analfabetismo<sup>2</sup> (MARTINEZ, 1998).

A instituição escolar foi sendo delineada na medida em que ocupava lugar privilegiado naquele processo, sendo vista como o investimento adequado para que o empreendimento alcançasse

---

<sup>(\*)</sup>Doutoranda em Educação – UERJ.

<sup>1</sup> Atualmente, há 27 milhões de escravos no mundo, segundo artigo de Andrew Cockburn em *National Geographic – Brasil*, ano 4, n. 41, p. 58-85, set. 2003. "Há mais escravos no mundo hoje do que durante a época do tráfico de africanos para a América. Um mercado que rivaliza com o das drogas no alcance e na destruição de vidas (...). Esta é uma reportagem sobre escravos, não sobre gente que vive em condições de escravidão, que trabalha muito e ganha bem pouco, não de gente que viveu há mais de 200 anos. Trata de 27 milhões de pessoas que são compradas, vendidas, mantidas em cativeiro, agredidas, exploradas".

<sup>2</sup> Na Corte Imperial, 50,4% da população era alfabetizada (final do século XIX), e, no Brasil, o índice era de 15%, ou seja, quase 80% era, ainda, de analfabetos. Conferir José Murilo de Carvalho em *I. A Construção da Ordem. A elite política Imperial. II. Teatro das sombras. A política Imperial*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

---

êxito: instruir para galgar progresso, civilidade. O modelo de intervenção na ordem social definido no percurso é um dispositivo inovador. Nas engrenagens de seu mecanismo, na forma moderna que vai adquirindo (lugar social e físico) estavam sendo fabricadas suas configurações (VARELA; ALVAREZ-URIA, 1992; VINCENT, LAHIRE, & THIN, 2001).

A partir daquelas formas, que pretendiam fazer funcionar o projeto de instrução, a escola passava a separar a infância (transformada em aluno) de seu círculo social (família), para recolhê-la em um espaço que contribuía para instaurar novas relações de ensino e aprendizagem, a estabelecer como ‘escolar’, um determinado número de horas e dias do ano, conformando uma nova medida e emprego do tempo cotidiano, e a definir uma nova relação ordinária das programações a partir da autoridade de um ou mais professores, transformados em profissionais autorizados a lidar com as questões educacionais e sob cuja responsabilidade fica a disseminação de saberes específicos. Assim ela funcionou (e funciona), carregando em seu pilar de sustentação a tarefa de fazer chegar à população as luzes da civilização.

No decorrer de todo o Dezenove, apareceu uma diversidade de formas de organização escolar, experiências e práticas docentes heterogêneas. Emergiram várias iniciativas para instruir a população livre, pobre, negra, trabalhadora, escrava, com deficiência física<sup>3</sup> nos limites de uma educação formal ou informal, oferecida por estabelecimentos públicos, religiosos, militares, particulares, subvencionados. Neste sentido, a escola foi adquirindo especificidade, e o princípio da escolarização sendo, paulatinamente, capilarizado (GONDRA; SCHUELER, 2008). Como consequência, estava sendo produzida a *cultura escolar* do século XIX.

Muitos são os sujeitos, os protagonistas daquela cena, envolvidos com a educação, que esbarravam muitas vezes entre tradições e inovações, em formas antigas e novas de educar. Nas palavras do historiador Luciano Faria Filho,

os defensores da escola e de sua importância no processo de civilização do povo tiveram de, lentamente, apropriar, remodelar, ou de recusar tempos, espaços, conhecimentos, sensibilidades e valores próprios de tradicionais instituições de educação (2003, p. 136).

Atuando em prol da construção de uma ideia de nação e do próprio Estado Nacional, a instrução era vista pelos dirigentes imperiais do dezenove como uma das principais estratégias. Um meio. A partir do investimento, o Estado independente, de população heterogênea, com imensidão

---

<sup>3</sup> Acerca da escolarização dos deficientes físicos no século XIX, conferir: LIMEIRA, Aline de Moraes, SILVA, Flávia Barreto. Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: Instituições educativas do século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, v. 89, p. 325- 40, 2008.

---

territorial e experiências culturais mistas, poderia tornar-se um Estado em condições de governo, com mecanismos de atuação sobre a população. Tornava-se necessário montar um aparato jurídico, político e institucional de sustentação de suas funções. A escola, no meio do caminho, foi assistindo a um ordenamento jurídico, a partir do qual se estabelecia quem deveria frequentá-la, quem deveria ensinar, como deveriam ensinar, e o que ser aprendido. Assim eram estabelecidas as leis da época em questão, como a Lei Geral do Ensino (de 1827), o Decreto de 1834, a Reforma Couto Ferraz (de 1854).

Formas distintas e dispersas de ensino e aprendizagem coexistiram por muito tempo entre os séculos XVIII e XIX. Mas, no século XIX, que vão se fortalecendo o controle progressivo do Estado sobre a educação formal, e as iniciativas para organizar o sistema de instrução primária. Algumas medidas foram desenvolvidas no sentido de unificar o sistema, entre elas: adoção de métodos, definição de conteúdos, autorização ou proibição de livros (TEIXEIRA, 2008), criação de normas de funcionamento, seleção oficial dos profissionais (GARCIA, 2005), sistema de fiscalização (BORGES, 2008), modelo de formação do magistério (UEKANE, 2008), regras de abertura para colégios particulares (LIMEIRA, 2010). Todas estas, e as demais medidas, buscavam tornar homogêneo um sistema que se caracterizava pela diversidade, já que a aproximação dos indivíduos com a cultura letrada se dava a partir de iniciativas tradicionais e muito diversificadas: família, igreja, preceptores, mestres particulares, corporações profissionais, escolas (públicas e particulares), associações filantrópicas etc.

A instrução pública e particular estava sendo organizada e regulamentada de forma sistemática em meados do século XIX, após aprovação de lei que autorizava o Ministério a reformar o ensino primário e secundário. Trata-se do Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854, com o *Regulamento da Instrução Primária e Secundária*, apresentado pelo Saquarema<sup>4</sup> Luiz Pedreira do Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro, que já tinha sido presidente da Província do Rio de Janeiro antes de assumir a pasta dos Negócios do Império.

Investigando as especificidades do ensino particular dadas a ver por esta legislação, é possível identificar as categorias que a mesma compreendia e representava nos artigos. De acordo com estudos anteriores pude observar que entre os modelos existentes, foi privilegiada uma lista de práticas

---

<sup>4</sup> De acordo com Mattos (2004) a política saquarema – ou a direção conservadora – foi a maior responsável pela expansão da classe senhorial e pela consolidação do Estado Imperial, entre os anos 1840-1850, nos quais foram constituídas ou reformuladas as principais instituições e legislações imperiais: Guarda Nacional; Leis Eusébio de Queirós e Lei de Terras (1850), a reformulação do Exército e da Armada; Código de Processo Criminal; Código Comercial (1850); Regulamento da Instrução Primária e Secundária da Corte (1854), entre outros.

---

heterogêneas para fazer parte deste discurso oficial que regula, legitima, autoriza e marca desvios. Em primeiro lugar, nota-se que o fato de estarem ou não restritas ao espaço da casa serve como justificativa para classificar algumas daquelas formas educativas (LIMEIRA, 2010).

Entre modelos de ensino particular do espaço doméstico daquele tempo havia preceptorado (mestres contratados para morar nas residências das famílias e ministrar educação aos jovens da casa), professores particulares (mestres pagos pela própria família, atuavam na suas casas ou nas dos alunos particulares) e aulas domésticas (ministradas no espaço da casa por membros da própria família, ou por religiosos como padres, clérigos)(VASCONCELOS, 2005). As aulas que se davam fora do espaço domiciliar do aluno (mas, que poderiam acontecer na casa do professor), na maioria das vezes, eram coletivas, como a de alguns colégios particulares, que recebiam alunos externos, meio-pensionistas ou pensionistas. Nos termos da lei é possível identificar o reconhecimento do poder público diante das diferentes experiências educativas.

Propagando a necessidade de disseminação das luzes da instrução, o poder público deparava-se com a expansão significativa de iniciativas criadas e mantidas por particulares.<sup>5</sup> No processo, legitimavam-se estas práticas ao passo que as submetiam à autoridade legal e jurídica dos dirigentes do país, num esforço de tornar as escolas espaços privilegiados para a transmissão de determinados saberes e constituição desta ordem.

Ao contrário do que se imagina, nos termos quantitativos do processo em reflexão, posso afirmar que à iniciativa particular coube uma difusão mais significativa do ensino primário (e secundário) que o poder público. Um dado que pude observar a partir do cruzamento de diversos documentos oficiais da época. O resultado destas investigações é bastante significativo para historiografia da educação, haja vista que permite notar que a escolarização não se configurava como um projeto imposto pelo Estado, ou de interesse exclusivo seu, mas, apropriado, reapropriado, defendido e combatido pela sociedade.

No quadro abaixo (elaborado a partir da correlação de fontes como o *Relatório dos Ministros do Império*, *Relatório do Presidente da Província do Rio de Janeiro* e de informações registradas pelo

---

<sup>5</sup> Art. 111, cuja determinação é precisa e generalizante, traduz este plano apontado acima acerca das práticas de fiscalização e controle que estabelece o Regulamento de 1854. Nele, se observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre qualquer factio que possa desconceituar o collégio ou o professor”. Art. 112. “Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, mappas do número de seus alumnos, e do grão de aproveitamento que apresentam”.

---

contemporâneo do Dezenove, José Ricardo Pires de Almeida)(ALMEIDA, 2000) é possível atentar para a participação dos particulares na oferta do ensino:

Instrução Primária e Secundária		
Ano	Ensino Público	Ensino Particular
1850	33 escolas	85 escolas
1860	46 escolas	92 escolas
1870	47 escolas	114 escolas
1880	106 escolas	192 escolas

Diante de uma necessidade forjada, de uma solução proposta para combater o atraso do país, o Estado Imperial lançou mão de mecanismos para tornar crível a tarefa de promover a instrução. Já que o fardo era caro e pesado, pareceria mais oportuno dividi-lo. Foi então que se declararam liberadas as práticas de ensino, o que serviu como incentivo à iniciativa particular<sup>6</sup>. Tratou-se de prescrever uma liberdade sem restrições que foi garantida pelo poder público em legislação, desde a Constituição do Império de 1824. Nela, ao contemplar, genericamente, a questão da atividade privada, estava declarava livre qualquer gênero de trabalho, indústria ou comércio (art. 174, § 24).

No decorrer do século XIX, as propostas de ensino defendidas no âmbito do Ministério do Império, por conservadores e liberais alternados no poder, apresentaram-se diferentes em muitos aspectos. Porém, havia também algumas semelhanças e alguns pontos básicos nos quais os dirigentes tendiam a concordar. Um deles referia-se justamente a este princípio de liberdade.

Na Reforma de meados de 1800, decretada pelo conservador Couto Ferraz, (1854) viu-se que este princípio era garantido, embora com muitas restrições (pedido de licença para criar colégios ou ensinar particularmente, exigência de habilitação). O discurso reformista apoiava a expansão da iniciativa particular, mas a submetia ao controle e à fiscalização do Estado Imperial. O art. 111, cuja determinação é precisa e generalizante, traduz este plano para o ensino primário.<sup>7</sup> Nele, se observa que “As escolas particulares ficam sujeitas á inspecção dos Conselhos Municipaes e Inspectores

---

<sup>6</sup> A carta de 1824 determinava no art. 179, XXXII que “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”, mas não definia as maneiras de se garantir esta gratuidade.

<sup>7</sup> Quanto à instrução secundária, mais uma vez este tipo de regulamentação é mantido. Restando pequenas observações que diferem daquelas registradas anteriormente para instrução primária, como, por exemplo, a frequência, as informações exigidas e outras descrições: Art. 9.º Os directores dos estabelecimentos e professores de aulas particulares devem: § 1.º Remetter aos inspectores relatórios semestraes dos seus trabalhos, número de alumnos, compêndios adoptados, disciplina exercida e progressos. 2.º Participar-lhes qualquer mudança que projectem no programma de seus estabelecimentos, com antecedência, sollicitando a approvação do presidente da província. § 3.º Dar-lhe parte de qualquer projecto de mudança de residência. (Cf. LIMEIRA, 2010).

---

Parochiaes. Os inspectores representarão ao inspector geral sobre qualquer facto que possa desconceituar o collégio ou o professor”. E o que segue a este (art. 112) registra que:

Os professores particulares ficam obrigados a dar aos respectivos inspectores todas as informações e esclarecimentos que lhes forem exigidos acerca das mesmas escolas, e bem assim a enviar, no fim de cada trimestre, e annualmente, *mappas do número de seus alumnos*, e do gráo de aproveitamento que apresentam<sup>8</sup>. [Grifos meus].

Nos anos seguintes, a liberdade de ensino acompanhava também as medidas gerais da política do liberal Leôncio de Carvalho. No Decreto de 1879 afirmava-se livre o ensino nos níveis primário e secundário na Corte Imperial (superior em todo o Império). O fato é que este pressuposto (liberdade de ensino, incentivo ao comércio particular da educação) foi objeto de profundas críticas ou de acentuadas defesas na época. A medida garantida em lei era também defendida por intelectuais, profissionais da educação, políticos. Para o Ministro Liberato Barroso (2005),

ao lado do ensino primário gratuito e obrigatório deve marchar e se desenvolver o ensino livre (...) Limitar a esphera do ensino privado, quando o ensino official não satisfaz a todas as necessidades, é prescrever a ignorância (...) O estado deve exercer uma inspeção salutar sobre a liberdade de ensino, mas, não crear-lhe embaraços e dificuldades (...) traz economia para o Estado.

Nas considerações do político contemporâneo Antônio de Almeida Oliveira<sup>9</sup>, “o ensino particular não era só poderoso corretivo para o ensino público, era uma fonte de economia para o estado, uma das maiores conquistas da civilização moderna” (OLIVEIRA, 2003, p. 89). Por este motivo, “a liberdade introduzida no Estado expõe censuras porque naturalmente ousa o que o Estado não pode fazer. O Estado governando o ensino privado e tirando-lhe a liberdade necessariamente o aniquila” (p. 90). E acrescenta:

Nos tempos coloniais o ensino era completamente livre. Todo aquele que quisesse podia sem necessidade de licença criar aulas de primeiras letras, colégios e qualquer outros

---

<sup>8</sup> Estes mapas trimestrais são documentações que de forma bastante freqüente podem ser encontradas nos códices do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Cada estabelecimento organiza este tipo de prestação de contas. Impressos ou manuscritos, os mapas relatam muito mais do que há de exigência exposta no Artigo 112º, como endereço, responsáveis, idade, etc.

<sup>9</sup> Formado na Faculdade de Direito do Recife, jornalista, proprietário de um estabelecimento particular de ensino noturno para adultos na Província de Recife, presidente provincial, fundador de uma biblioteca popular no Maranhão, deputado pelo Partido Liberal para a Assembléia Geral Legislativa, Antônio Almeida de Oliveira é um intelectual comprometido com os debates e questões da instrução do século XIX. Recebendo, por isso, segundo o Dicionário de Sacramento Blake, o Officialato da Roza do próprio Governo Imperial como reconhecimento aos serviços prestados a esta área social.

---

estabelecimentos científicos ou literários. Usamos tanto que por ocasião da nossa independência notou-se que, para uma colônia, a *instrução primária estava bastante derramada, assim como que, para isso, muito concorria o ensino particular por ser então limitado o número das escolas públicas*. Feita a independência o ensino particular não podia deixar de ser respeitado. A constituição portanto nada dispôs que pudesse tolhe-lo antes com seu silêncio sancionou a prática até então estabelecida. Ainda por ocasião da Lei Geral de 15 de Outubro de 1827 nenhuma restrição quis o legislador fazer a liberdade de ensino particular. Veio após o Código Criminal e as coisas permaneceram no mesmo estado. Finalmente em 1834 a Reforma Constitucional descentralizando o serviço de instrução pública nenhum preceito consagrou que de lugar a supor-se suprimida a liberdade de ensino. O Brasil, portanto, que sempre tinha gozado da liberdade de ensino, não podia deixar de ser privado dela. (p. 94)[Grifos meus].

Para dar seguimento a seus argumentos, o ex-presidente provincial fez menção a um artigo de sua autoria, intitulado *Ensino Livre*, que foi publicado no jornal *Publicador Maranhense*, em 25/05/1872. Naquele texto, destaca um artigo do Regulamento da Instrução Primária de Secundária da Corte, em que se registra a seguinte disposição: “A ninguém é permitido ensinar particularmente sem licença da presidência, ouvindo o Inspetor da Instrução Pública”. O comentário que segue era: “Deus inspire melhor a Assembléia, já que neste ponto não inspirou o ilustre autor do Regulamento” (p. 97).

Ao ler e analisar os *Relatórios dos Ministros do Império* de 1871 percebe-se que havia também considerações interessantes que expressam os debates contemporâneos. Discursando sobre a Instrução primária particular, o Ministro José Bento da Cunha Figueiredo registra:

E pois, é evidente que a instrução particular prepara avultado numero de cidadãos e que manda a prudência animar tão valiosa coadjuvação (...) Limitar-me-ei a *ponderar a conveniência de não obstar, com demasiada exigências, o livre desenvolvimento do ensino*, importando pouco a idade, uma vez que os indivíduos que pretendem abrir escolas próvem sua moralidade: a vigilância activa do inspector do districtor e dos pais mais illustrados fiscalizará sufficientemente a capacidade profissional. Longe de embaraçar a abertura de escolas particulares. (p. 20)[Grifos meus].

Outros discursos que estavam em consonância com a defesa que se leu acima contribuem para dimensionar o debate em questão. José Ricardo Pires de Almeida, já mencionado anteriormente, era

---

médico da Inspeção Geral da Higiene,<sup>10</sup> e publicou uma obra sobre Instrução no ano de 1889: *L'Instruction Publique au Brésil – Histoire et Legislation*.<sup>11</sup> Para ele, a iniciativa privada prosperava, ainda que fossem cobrados altos preços pela instrução que oferta:

Se se pudesse, como na Inglaterra, contar com o espírito de iniciativa ou com a associação particular ter-se-ia alguma esperança no futuro. Mas, está longe de ser assim(...) Os estabelecimentos privados de instrução primária e secundária continuaram a prosperar, e a maior parte deles oferecia aos pais de famílias suficientes garantias em relação a instrução. (ALMEIDA, 2000, p. 110).

Somada a estas considerações, acrescenta que, apesar de a lei conter a expansão do comércio da instrução, ele progride “melhor e mais depressa que o ensino oficial, tão grande é sua força”. No seu texto, registrava certos dispositivos legais assinados pelo Conselheiro José Liberato Barroso (28/08/64), em que estavam determinados os valores para criação de colégios (entre 25\$600 e 51\$200), para obter licença anual do estabelecimento (12\$800 e 25\$600) e para dar aulas particulares com autorização (entre 10\$000 e 20\$000). Somados àqueles procedimentos, considerados por ele “obstáculos”, o Conselheiro denunciou também “a minuciosa regulamentação das provas de capacidade, de moralidade, as matérias de ensino, tudo sob pena de multa ou fechamento do estabelecimento” (p. 90).

De acordo com os apontamentos de Pires de Almeida, o “progresso rápido” da iniciativa privada, apesar de tamanho controle do Estado Imperial, se deveu, em parte, à preferência por este tipo de ensino pelas famílias. O fato é que, “mais depressa” prosperava o aparelho particular na década de 1870:

No Rio de Janeiro, à medida que o Estado e a Municipalidade aumentam o número de escolas públicas, vê-se também o crescimento dos estabelecimentos privados de instrução primária e secundária. Este fato parece falar alto em favor da preferência dada pela maioria do público às escolas particulares sobre as escolas públicas (...). O total de alunos admitidos nos estabelecimentos públicos era de apenas 6.372, ou seja, 3.225 a

---

<sup>10</sup> Como um típico representante da intelectualidade oitocentista, José Ricardo Pires de Almeida é formado médico pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, integra a Academia Nacional de Medicina, atua como membro honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), é funcionário (médico adjunto) da Inspeção Geral da Higiene, autor de diversas obras de ciências médicas, escritor de variadas peças teatrais.

<sup>11</sup> A obra foi reeditada no ano do seu centenário pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais-MEC e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Traduzido por Antonio Chizzotti, na edição de 2000: ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. Tradução: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes, 2ª edição, ver. – São Paulo: EDUC, 2000.

---

menos que nos estabelecimentos particulares (...). Vê-se mais uma vez quando o ensino privado tem a preferência dos pais (p. 152).

A estatística, segundo ele, estava relacionada a um tipo de “preconceito” que havia contra o ensino público. A gratuidade das escolas oficiais do Estado conferia indistinção de público e, com isso, a classe “inferior” e a classe “média inteligente” partilhavam um convívio que talvez não agradasse a muitos:

As crianças das classes razoavelmente abastadas não vão à escola pública porque seus pais têm o *preconceito da cor* ou porque temem, e com razão, pela moralidade de seus filhos, em contato com esta multidão de garotos cujos pais enviam a escola apenas para se verem longe deles algumas horas. (p. 90)[Grifos meus].

Neste sentido, com base na operação metodológica realizada, ou seja, leitura, análise e correlação das fontes e documentos, é possível perceber que, apesar de tratar-se de homens posicionados em campos diferenciados, integrantes de corporações profissionais distintas e com trajetórias singulares, as manifestações e posições eram assemelhadas quando a matéria dizia respeito à relação público *versus* privado no campo da instrução.

Da mesma forma, tornou-se possível notar que a bandeira da liberdade de ensino era abraçada como princípio ordenador do sistema escolar e forma específica de defesa da matéria particular. Ao mesmo tempo, delineada de contornos diferentes em cada posicionamento quando se referia ao apoio ao poder de controle e fiscalização do Estado. De modo geral, cabe observar que a propaganda da iniciativa privada se desenvolvia e se legitimava em discursos variados: de um lado, a propaganda se dava nas palavras de homens ancorados fortemente na burocracia do Estado; de outro, a publicidade dos particulares do ensino primário estava localizada na imprensa do século XIX<sup>12</sup>.

Um exemplo destas diversas propagandas em papel impresso eram os anúncios do *Almanak Laemmert*, um famoso anuário que circulou no país entre 1844 e 1914 (tem suas edições digitalizadas

---

<sup>12</sup> A tradição de anunciar a educação particular nos impressos é também anterior a este recorte operado no estudo. Desde o início do Dezenove havia impressos que circulavam com este serviço, e um exemplo é o *Almanaque da Corte do Rio de Janeiro para o ano de 1811*, onde se veem anúncios do Seminário São Pedro, da Aula do Comércio. Da mesma forma, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, que existia desde 1808 também fazia circular aquele tipo de propaganda. A título de exemplo, pode ser mencionado o anúncio do ano de 1818, no qual Madame Clementiny oferecia as aulas de francês e música que ministrava em sua casa: “Madame Clementiny, novamente chegada a esta cidade, tendo dirigido em França por espaço de dez anos uma casa de educação de meninas, propõem-se a dar lições de musica vocal, de harpa, de piano e de língua francesa. Desejando não deixar duvida alguma sobre sua suficiência na arte que professa, terá a honra de dar incessantemente um concerto, no qual se fará ouvir nos ditos instrumentos, assim como harpa-piano de nova invenção, e certamente merece a particular atenção dos amadores das belas artes. As pessoas que desejarem emprega-la na educação das suas filhas podem dirigir-se a casa de sua residência, na Rua São José, n. 19”. (Cf. SILVA, 2007).

---

e disponíveis na internet). Em suas mais de mil páginas de cada edição, apresentavam informações gerais sobre o comércio da cidade e do país. Outro exemplo de fonte para consulta são as páginas diárias do *Jornal do Commercio*, publicadas a partir de 1827, são fontes preciosas para historiografia geral e da educação, localizadas na Biblioteca Nacional.

Ao lado de informações variadas sobre comércio, política e cultura do Brasil, aqueles anúncios apresentavam valores acerca do comércio da instrução, currículos dos colégios, professores contratados, endereços em que estavam localizados. Principalmente, aquela publicidade fazia circular as preocupações da época em torno do espaço físico dos estabelecimentos do ensino na Corte Imperial.

Com o progressivo fortalecimento do Estado Imperial, expansão cada vez mais significativa da malha privada, e a discussão intensificada no decorrer do XIX acerca da importância da instrução escolarizada, vai-se estruturando uma representação de que a construção de espaços específicos para a escola era imprescindível. Muitas críticas foram elaboradas em torno do lugar em que se dava a educação das crianças, geralmente em espaços domésticos (na casa dos alunos, na casa do professor, conhecida como ‘casa de escola’, ou em residências alugadas) no intuito de fazê-los serem percebidos como inadequados. Tornava-se necessário, portanto, construir espaços próprios, exclusivos para as instituições que se montavam em torno da tarefa de educar e instruir. Não poderia ser qualquer espaço.

Com base em estudos recentes, compreende-se que foram sendo elaborados discursos pedagógicos que afirmavam a necessidade de ambientes amplos onde pudessem ser distribuídos os novos equipamentos didáticos e sujeitos da cultura escolar: quadro-negro, alunos, cadernos, livros, professores, mobiliários.<sup>13</sup>

Havia ainda outra força que se inscreveu naquele jogo: era o desenvolvimento dos saberes médicos, principalmente dos higienistas, que produziram críticas a respeito das condições de higiene das casas e prédios da cidade, ao mesmo tempo em que defendiam espaços higienicamente construídos e montados para qualidade da saúde e da aprendizagem dos alunos. A intenção era afastar as instituições escolares de um quadro descrito como insalubre.

Atentando-se nas teses médicas e nos discursos legitimados pelas mesmas, o historiador José Gondra observa como o movimento descrevia a cidade: mal delineada, mal construída, mal ventilada, quente, fétida, insalubre, de arquitetura mesquinha, e defeituosa nos trabalhos de higiene. Por

---

<sup>13</sup> Para refletir acerca da interferência dos discursos médico-higienistas nos processos de escolarização, conferir José Gondra, 2004.

---

consequente, os colégios que estavam localizados naqueles espaços urbanos “defeituosos” necessitavam também de modificações “por intermédio da adesão aos imperativos higiênicos” (GONDRA, 2004, p. 530). Desse modo, era preciso que os prédios escolares, por receberem um número grande de pessoas, estivessem bem arejados, alocados em ambiente ventilado, não muito perto das habitações residenciais, longe dos focos de infecção do circuito urbano. Com estas preocupações, procuraram definir regras para localização, para os espaços do exterior e do interior dos estabelecimentos.

O edifício escolar, nesta perspectiva, deveria ser emblemático: sua arquitetura externa deveria ser identificada por todos como um espaço de educação, e o interior, por sua vez, capaz de traduzir os princípios de asseio, controle, fiscalização, higiene. De acordo com o autor de *Artes de Civilizar*, deve-se entender a

inclusão da arquitetura escolar na ordem médica como um aspecto do amplo, rigoroso e cuidadoso programa curricular contido nas representações dos médicos acerca do espaço escolar, que, por sua vez, integrava um projeto mais ambicioso que era o de intervir na própria arquitetura da cidade. (GONDRA, 2004, p. 181).

Naquele tempo, então, a questão do espaço escolar, da estrutura física do fazer educativo, desdobrava-se nas preocupações referentes à arquitetura, salubridade, higiene. Isso emerge no interior do registro de publicidade como efeito da apropriação do objeto educacional pela ordem médica que intervém socialmente, prescrevendo medidas educativas com a pretensão de conformar socialmente o projeto de educar, instruir e civilizar<sup>14</sup>.

Estes preceitos estavam retratados e legitimados pelos anúncios. Nas propagandas, estes termos caros aos médicos da Corte passeavam com muita frequência na descrição do ambiente, dos cuidados, das prioridades estabelecidas pelos comerciantes da instrução. Essa era uma imagem capaz de atribuir valor ao negócio, já que circulava no cotidiano da população com tanta visibilidade. Estas marcas aparecem de diferentes formas.

Como os colégios referem-se ao espaço geográfico da Corte Imperial, o principal núcleo urbano da província do Rio de Janeiro, eles já estariam em desvantagem em relação à concorrência com os colégios das cidades mais afastadas (como o são aqueles de Valença, Petrópolis, Vassouras,

---

<sup>14</sup> Nas propagandas dos jornais da cidade de Pelotas, a estrutura física das escolas também era um elemento bastante recorrente. Da mesma forma, “as escolas de caráter privado, tanto para o sexo feminino, quanto para o masculino, evidenciavam, em seus anúncios, a localização da instituição, as disciplinas que eram oferecidas, o programa e os livros adotados, bem como seu corpo docente”. (NEVES, 2009, p. 8).

---

Nova Friburgo),<sup>15</sup> se forem levadas em consideração as prescrições do movimento higienista, para as quais, estas cidades dispunham de mais saúde. Isso porque, defendia-se que o núcleo urbano era lugar inadequado à vida moral, intelectual e fisicamente sadia, e por isso, “não poderia e não deveria abrigar os colégios, pois a influência geográfica e climática, tida como perniciosa e desaconselhável” (GONDRA, 2004, p. 165).

Talvez por este motivo, um dos vestígios que, de forma bastante recorrente, salta aos olhos nos anúncios analisados é a perspectiva da salubridade, do asseio. As instituições, portanto, procuravam observar indiretamente que, apesar de situados num local insalubre como a Corte, dispunham de ambientes arejados. A oferta de educação em localizações “mais salubres” consistia no mais atual e forte atestado de qualidade daquele tempo.

Na publicidade de 1857, no *Almanak Laemmert*, a “Baroneza de Geslin”, diretora e proprietária do *Colégio de Educação de Meninas*, escolhe estas informações como prioritárias para montar sua propaganda. Num anúncio de página inteira, ela descreve como mais precioso trunfo o fato de o seu “Magnífico estabelecimento” estar localizado num dos mais “salubres lugares da cidade do Rio de Janeiro”.<sup>16</sup> De forma mais detalhada, narra que esta condição estende-se aos espaços internos do colégio, como o são suas “salas de banho”. Da mesma forma, divulga os cuidados em assegurar a saúde física das alunas, para quem se oferta uma “alimentação sã”:

A situação salubre e deliciosa do local, a extensão dos lugares de recreação, o extremo asseio dos dormitórios, guarnecidos de leitos de ferro, pertencentes ao estabelecimento, uma sala de *banho*, e uma alimentação sã e abundante, tudo concorre para assegurar às discipulas uma brilhante saúde.

---

<sup>15</sup> No ano de 1865, havia um anúncio no *Almanak Laemmert* onde o *Collegio de Instrução e Educação de Meninas de Nossa Senhora da Glória* da cidade de Valença, que observa: “estabelecido numa cidade notável por sua salubridade” (ALMANAK LAEMMERT, 1865, p. 444).

<sup>16</sup> Estabelecido na rua do Príncipe do Catete, n. 25, na Corte Imperial.

Com este discurso, a propaganda pretende deixar evidenciado que está articulada com os mais nobres preceitos da medicina. No caso, a limpeza do corpo exigia atenção quanto à temperatura da água, local apropriado, certa regularidade e duração comedida, enquanto o tratamento da alimentação carecia de reconhecer a importância rotina, quantidades controladas, qualidades e variedades. Já o tempo de recreação, para o qual se atribuía relevância por conta de seus efeitos positivos, seria adotado com práticas de exercitação corporal (GONDRA, 2004).

Na propaganda do *Collegio de Santa Cruz* (“outrora denominado instrução elementar”, passa a ser de ensino secundário),<sup>17</sup> é possível perceber que o proprietário procura garantir estes valores. Localizado em várias edições do anuário Laemmert, com pequenas alterações (1854, 1866 e 1871, por exemplo) o anúncio registra, a este respeito, que o estabelecimento funciona em um excelente, espaçoso e muito bem arejado prédio, cuja localização também é a melhor da Corte Imperial (trata-se da Rua do Lavradio), como se vê na imagem ao lado.



**COLLEGIO DE MENINOS.** 345  
**COLLEGIO DE SANTA CRUZ**  
 DE INSTRUÇÃO ELEMENTAR  
 RUA DO LAVRADIO, 47. PRTO DA R. DO CO NDE  
 DIRIGIDO POR  
**JOÃO AUGUSTO FERREIRA RANGEL.**  
 Neste collegio, estabelecido em uma excellente, espaçossissima e mui bem arejada casa, e em uma das melhores ruas desta cõrte, ensina-se todos os preparatorios para as academias do imperio, e bem assim diversas outras linguas, sciencias, bellas artes e exercicios.  
 O director se emprega simultaneamente na disciplina e ensino, segundo as circumstancias o exigirem.  
 Este collegio admittie pensionistas, mecos pensionistas e externos: as condições de admissõ, são:  
 Pensionistas, incluindo o ensino da l.ª classe, papel, penna, &c. 200\$000 mensaes.  
 Meos pensionistas " " " " " 100\$000 " "  
 Externos " " " " " 50\$000 " "  
 Pelas classes que os alumnos frequentarem, além da primeira, cujo ensino é incluido nes ditas mensalidades, pagarão uma gratificação mais, conforme a classe.  
 Adm. de manter a boa ordem, asseo e regularidade em todas as diversas repartições do estabelecimento, a casa fornece leito de ferro com cortinado, colchões, travesseiros, lençols, lavatorio, &c., nos alumnos, mediante 23\$000 por uma só vez.  
 O anno lectivo começa a 7 de Janeiro e acaba a 8 de Dezembro. São dias uteis todos os que não são de guarda. Os exames são depois do dia 8 de Dezembro, e publicos. Neste estabelecimento ha missa e explicação dos Evangelhos todos os domingos e dias santos; uma enfermaria e medico de partido; espacosa chacara que fornece abundancia e variedade de vegetaes, e todas as commodidades para banhos, &c.

Da mesma forma, outras instituições atestam o compromisso com estes preceitos nas propagandas. Em 1871, o diretor do colégio de instrução primária e secundária contrata o *Almanak Laemmert* para apresentar o seguinte anúncio:

**ATHENIU FLUMINENSE** (1875)  
 7 RUA DO RIO COMPRIDO 7  
 DIRIGIDO POR  
 Monsenhor Antonio Pedro dos Reis

Neste collegio de instrução primaria e secundaria ensinão-se todos os preparatorios exigidos nas Academias do Imperio.  
 Os brillantes resultados que nos exames annuaes perante o Conselho de Instrução Publica, tem constantemente este collegio dado, são os mais incontestaveis attestados do zelo e esforços empregados por seu Director para conseguir o aproveitamento de seus collegias, e de que elle se cerca sempre dos mais habéis Professores da Corte.  
 Por nove annos estabelecido em frente ao Passeio Publico, acia-se agora transferido para o lugar acima mencionada.  
 Tectamos ha mais tempo abandonado o prelio em frente ao Passeio Publico, completamente atacado pelo cupim, exposto a frequentes conspilações, além da incognituz de commodos, se não estivessemos até agora ligados por um contrato de 9 annos.  
 Felizmente, ao fundar esse contrato, encontramos no mais saudavel bairro da Corte, no do Rio Comprido, tão proximo da Cidade, passando-lhe pela porta frequentemente os Londs, uma casa nas desejavéis condições de largueza, de commodos para habitação, aulas e para recreios dos collegias.

<sup>17</sup> Até 1852 aparece nos anúncios como Colégio D’instrução Elementar. A partir desta data, há alteração de seu nome, mudança no atendimento da instrução elementar para ensino secundário e listam-se alguns novos funcionários, bem como estes novos dados acerca da estrutura física do colégio. No que se refere às repartições internas do estabelecimento, registra que são mantidas sob “boa ordem, asseo e regularidade”, onde, para isso “dispõem de uma enfermaria e médico”.

---

No fragmento acima, lê-se que após nove anos o colégio *Atheneu Fluminense* mudou de endereço. Nele, menciona que passou a funcionar “no mais saudável bairro da Corte” (Rio Comprido), num edifício com desejáveis condições de “largueza, de commodos para habitação, aulas e para os recreios dos collegiaes”. Os termos “saudável”, “asseio”, “arejado”, bem como as notas sobre os espaços amplos, são, portanto, frequentes nestes e nos demais anúncios do comércio da instrução particular. Têm significativo destaque também nos anúncios do *Colégio Episcopal São Pedro D’Alcântara* que, numa página inteira, define os traços mais elementares do seu edifício (em 1859).<sup>18</sup> Caracterizado por sua “forma claustral” (atestando que é a mais adequada), o edifício situado no lugar mais sadio da chácara é descrito detalhadamente, inclusive, com medidas de cada cômodo (4 faces). Com tamanho detalhamento, contribuiu para que os clientes compreendam inclusive as menores intervenções, como as divisórias dos banheiros (que tinha o intuito de favorecer que o aluno estivesse “decentemente resguardado”). Da mesma forma, a separação dos dormitórios entre funcionários e alunos (estes por suas faixas etárias, e aqueles entre criados, escravos e professores) é estabelecida como garantia de condições saudáveis à permanência dos alunos<sup>19</sup>:

Os professores e mais empregados do estabelecimento, inclusive criados e escravos, têm os seus commodos em uma casa separada do edificio principal pela distancia de 20 braças ao lado esquerdo, e ao direito está collocada a gymnastica. A chácara tem na sua maior largura mais de 300 braças, e mais de uma milha de fundo com matos virgens, etc.; está certada de ruas com lugares apropriados para passeios e recreios, e mais entretenimentos indispensaveis para o desenvolvimento physico e moral dos alumnos.

Nas referências que outros colégios produzem, as preocupações são semelhantes, como pode ser percebido pelo destaque dos anúncios repetidos pelo *Lyceu Roosmalen*, no Laemmert (1857 e 1874). A primeira coisa que se tinha a dizer a respeito da instituição, os primeiros dados que um leitor deveria se dar conta eram os preceitos da higiene, da salubridade. Um fato que era semelhante nos anúncios de outras instituições:

---

<sup>18</sup> Rua do Livramento, n.122, Centro.

<sup>19</sup> Um claustro dividido em 4 faces: ainda registra as medidas dos cômodos, dos espaços do edifício (em palmos, não metros). Salão superior onde estão os dormitórios dos alunos maiores, com 40 camas, para os médios são 80 camas, e para os pequenos no fundo 38 camas. O lado direito ocupado pela direção, livraria, escritório e cella do bispo e sala de visitas. “Todos os cômodos espaçosos e arejados” e ainda a enfermaria e cozinha. Salão inferior: recreio as duas classes de alunos em dia de chuva, gabinete dos vice-diretores, nove salas a serviço de todas as classes, vinte e cinco banheiros “separados entre si por divisões de madeira acomodados para se ficar coberto e decentemente resguardado”. Um tanque de natação e banho, onde os alunos aprendem a nadar, no terreno (ALMANAK LAEMMERT, 1859).

432 COLLEGIOS DE MENINAS.

**COLLEGIO BRASILEIRO** (436)

PARA

**EDUCAÇÃO DE MENINAS**

DIRIGIDO POR

**D. FLORINDA DE OLIVEIRA FERNANDES**

**95 Rua das Laranjeiras 95**

Observando a falta, que ha muito se fazia sentir nesta capital, de um grande estabelecimento nacional, destinado à instrução e completa educação de meninas, no qual, ensinando-se e praticando-se os idiomas estrangeiros, não se tenha em menor conta a instrução esmerada da lingua portugueza e o aperfeiçoamento dos costumes das alumnas, a Sra. D. Florinda Fernandes, animada por pessoas respeitaveis de sua amizade, resolveu tomar a direcção deste collegio.

Para isso escolheu o bairro aprazível das Laranjeiras, por ser dos mais saudaveis e daquelles onde mais difficilmente chegião algumas epidemias, que, em certas épocas, se pronuncião nesta cidade.

O palacete, escolhido para o estabelecimento, tem grande numero de salões vastos e arejados para os estudos, dormitórios e refeitórios, e é cercado de jardins e pateos arborizados para o recreio, indispensavel as alumnas em certas e determinadas horas.

Ahi passão constantemente os carros americanos (*bonds*), que proporcionão condução facil e commoda.

Além da directora e sua filha, residirão no collegio varias professoras estrangeiras e nacionaes, que exercitarão as alumnas nas linguas franceza e inglesa, e que as acompanharão incessantemente, exercendo sobre ellas, dia e noite, toda a vigilancia, que os mais escrupulosos pais de familia podem desejar para suas filhas.

As materias do ensino serão leccionadas por professoras, das mais habilitadas e moigeradas.

O ensino e pratica dos principios sagrados da Religião constituirão um dos maiores cuidados da directora; um sacerdote respeitavel celebrará, na capella do collegio, um dia designado de cada semana, o santo sacrificio da missa e explicará ás alumnas a doutrina christã e os livros sagrados.

O collegio, como internato que é, não admittre alumnas externas. Esta deliberação, embora opposita aos interesses pecuniarios do estabelecimento, é adoptada pela directora no empenho sincero de uma educação desvelada ás pensionistas, que lhe forem confiadas, educação que é mais difficil conseguir, quando os conselhos e bons exemplos de quem della se encarrega, são neutralizados pelo contacto permanente das mesmas pensionistas com pessoas estranhas ao collegio.

Neste anúncio de 1871, do *Almanak Laemmert*, os proprietários registram que escolheram

o bairro aprazível das Laranjeiras, por ser dos mais saudáveis e dos onde mais difficilmente chegião algumas epidemias, que, em certas épocas, se pronuncião nesta cidade”. Além disso, “o palacete escolhido para o estabelecimento tem grande número de salões vastos e arejados para os estudos, dormitórios e refeitórios, e é cercado de jardins e pateos arborizados para o recreio, indispensável às alunas, e condução fácil e cómoda. (LAEMMERT, 1871).

Já o *Colégio São Sebastião*, que, num anúncio relativamente pequeno, contava com pouco espaço para publicizar seu comércio, tinha a preocupação de afirmar que o mesmo encontrava-se funcionando na “melhor e mais salutífera localidade da Corte”. (LAEMMERT, 1864).

Tratando ainda acerca dos aspectos referentes aos espaços e funcionamento dos colégios particulares do ensino primário na Corte, pode-se acrescentar à lista dos temas relacionados os cuidados vigilantes que os estabelecimentos procuravam garantir nos anúncios. Com o intuito de desenvolver a inteligência e a moral, como queriam afirmar, os proprietários dos colégios deixavam explícito este tipo de trato com a família. O *Colégio de Meninas* (dirigido pela “Baroneza de Geslin”) apresentou em sua proposta de propaganda, repetida em diversas edições do *Almanak Laemmert* (1851, 1867, 1871), certos preceitos de vigilância como fundamentos da instituição. Destaca que asseguravam “principios seguros de RELIGIÃO e MORAL, vigilância e ternura verdadeiramente maternal” que “formão a base deste colégio”.

---

Um dos mecanismos de que lançavam mão para fazer garantir o intuito era manter relação estreita entre os responsáveis e o aluno através de uma “conta fiel” encaminhada periodicamente àqueles. Indicando progressos, conduta e demais observações: “cada trimestre os pais de família recebem uma conta fiel da conducta das suas meninas, assim como de seus progressos”. Como se vê, o estabelecimento procurava dar garantias de que as preocupações familiares, os valores morais, as regras de bom comportamento seriam cobrados apesar de as alunas estarem fora do espaço doméstico. Tratava-se de um contrato comercial de confiança que se firmava entre a casa e a escola, no qual os resultados seriam demonstrados como garantia.

Isso também se via nos anúncios do *Collegio da Imaculada Conceição*, recorrente em inúmeras edições do Laemmert, nos quais estava garantido o envio de um boletim de conduta e comportamento das alunas aos seus respectivos responsáveis (1874). O estabelecimento deixava claras muitas outras regras de contato da educanda com a família:

Em cada trimestre será remittido aos pais o bolletim da conducta e do auantamento de suas filhas.

As educandas não sairão do collegio, senão uma vez por mez (o primeiro domingo ás 9 horas da manhã). Roga-se encarecidamente aos pais de as tornarem a trazer na segunda-feira de manhã.

As familias poderão visitar suas filhas na terceira quinta-feira de cada mez das 9 horas ás 11 horas da manhã, e das 2 ás 5 da tarde.

Não sendo exclusividade dos estabelecimentos citados acima, o referido zelo maternal, vigilante e atento, era também destacado em outros anúncios, como os do *Colégio Roosmalen*, no qual foi possível ver a intenção de se retratar cuidados constantes com o convívio dos meninos. Preocupado em protegê-los dos perigos das curiosidades sexuais, das práticas do onanismo, das imoralidades, o proprietário do colégio registrou que até mesmo a disposição dos meninos seria controlada. Os alunos internos estariam dispostos por faixa etária em seus respectivos dormitórios. Espaços que, para controle do estabelecimento, foram organizados em três classes, todas estando “debaixo da vigilância dos diretores” (Almanak LAEMMERT, 1859).

Nos anúncios do *Colégio Fluminense* registrava-se que eram garantidas aos “seletos e bem escolhidos alunos” da instituição, rigorosas práticas de vigilância, a partir das quais se applicava um sistema rígido de punição quando fossem desrespeitadas as regras morais (entendidas por questões do corpo, da sexualidade). Tencionando deixar ver uma postura de rigor, observou que, da mesma forma que atuava na “escolha dos alumnos que admittir”, também despedia “aquelles em que observar actos immoraes” (LAEMMERT, 1871).

---

Desta forma, nota-se que estes vestígios, vistos com muita recorrência nos anúncios do *Almanak Laemmert* e do *Jornal do Commercio*, procuravam representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos mais gerais da intelectualidade médica do século XIX. Acompanhando as propagandas nestas décadas sugeridas para análise (1854, 64, 74), vê-se que, cada vez mais, os comerciantes da instrução passavam a valorizar o ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos.

É possível perceber o destaque atribuído às questões relativas à arquitetura de alguns dos colégios particulares, ou seja, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino. Esta reflexão estava inserida no debate contemporâneo, a partir do qual muito se discutia acerca da importância de espaços específicos para instrução e educação da mocidade.

As primeiras iniciativas do Estado Imperial direcionadas à construção dos “palácios escolares”, como observa a historiadora Alessandra Schueler, ocorreram na década de 1870. Na Freguesia de Santana, inaugurava-se a pedra fundamental do edifício da *Escola de São Sebastião*. No ano seguinte, em 22 de maio de 1871, a Câmara Municipal celebrava o lançamento da pedra da *Escola de São José*, no Largo da Ajuda (Freguesia de São José). A iniciativa da construção de prédios apropriados às escolas primárias da Corte Imperial também ficou por conta de alguns comerciantes, como é exemplo, o da Praça de Pedro I (São Cristóvão), lugar onde foi construído um prédio para instrução de 400 crianças. A “Escola edificada pelo Corpo do Comércio do Rio de Janeiro” teve a sua primeira pedra colocada e, 21 de dezembro de 1870, como aponta:

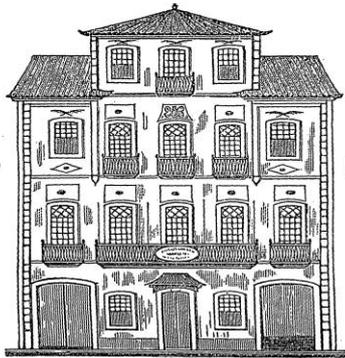
Os edifícios, pela sua grandiosidade e beleza arquitetônica, lembravam as estruturas luxuosas dos “palácios”, como foram ironicamente chamados por alguns contemporâneos. Com amplas salas cercadas por jardins e gradis de ferro, as escolas possuíam um salão central onde figuravam as estátuas em homenagem aos seus empreendedores (...) apresentavam uma grande novidade em relação às escolas públicas tradicionais, as quais funcionavam em pequenas casas, nas partes externas ou em sótãos de sobrados, onde disputavam espaços com os aposentos dos professores e seus familiares. Nos estabelecimentos do município, além de não haver comodidades para a residência dos mestres (fato que, aliás, foi considerado inconveniente pelos próprios educadores em função do aumento de suas despesas com moradia), todas as áreas eram destinadas exclusivamente às atividades escolares (MARTINEZ, 1998, p. 155).

Em relação à malha particular do ensino na Corte Imperial, aquelas preocupações estiveram evidenciadas desde os anos 1850 (como deixam perceber os anúncios localizados no *Almanak Laemmert* e no *Jornal do Commercio*). O primeiro de uma série de muitos que o seguiram, foi publicado na edição de 1851 do *Almanak* (e aparece em 1852 no jornal). A proprietária do *Collegio de Educação de Meninas* (localizado na Praça da Constituição) fez circular um desenho do suposto prédio em que se realizavam as suas aulas (suposto porque não há como confirmar se realmente era um desenho do prédio, ou somente ilustração para o anúncio):

382 ACADEMIAS, COMPANHIAS, ETC.

## COLLEGIO DE EDUCAÇÃO DE MENINAS

**PRAÇA  
CONSTITUIÇÃO,  
N.º**



**DA  
TUIÇÃO,  
8.**

Neste estabelecimento ensina-se todos os principios que concorrem para a completa educação de uma senhora.

CONDIÇÕES:

Por mez : Pensionistas. . . . .	25\$000
» Meias pensionistas. . . . .	15\$000
» Externas. . . . .	8\$000

Os pagamentos são satisfeitos em trimestres adiantados, sem que se faça qualquer desconto pelo tempo de ausencia ou férias.

Com isso, a proprietária pretendia legitimar uma determinada imagem como a mais apropriada, e uma determinada estrutura física como a mais adequada para acomodar um ambiente escolar.

O *Collegio da Imaculada Conceição*, num anúncio bastante recorrente (e que aparece pela primeira vez em 1862, no *Almanak Laemmert*) acompanhou a mesma tendência. Parecia querer garantir à imagem anunciada do estabelecimento um

**COLLEGIO DA IMACULADA CONCEIÇÃO** 1480

FUNDADO PELA

**ASSOCIAÇÃO DE S. VICENTE DE PAULO**



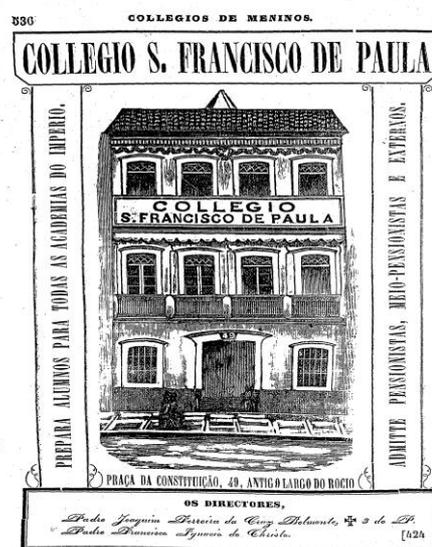
atestado de qualidade e modernidade. No fragmento da propaganda, é possível ver o desenho do (suposto) edifício na Praia de Botafogo, lugar onde estavam estabelecidas as aulas:



Segundo o exemplo dos demais, o anúncio do *Collegio de Santa Cruz* (rua do Lavradio), aparecia com o desenho do prédio a partir de 1854, quando o estabelecimento já havia deixado de ser do ensino primário e se tornado exclusivo da instrução secundária. Lendo a imagem, percebe-se que a estrutura do edifício era muito parecida com os outros já mostrados no estudo: janelas grandes para circulação do ar, placas de identificação (nome do colégio) na entrada.

Ao contrário, porém, esta descrição não se parecia muito com as que foram feitas na literatura de Manuel Antônio de Almeida. Na obra, que fazia referência a uma aula particular de primeiras letras na Corte Imperial do século XIX, a escola em que o padrinho “meteria” o menino para que o mesmo aprendesse “as letras” – também residência do mestre “baixinho, magrinho, de carinha estreita e chupada” – era uma casa “pequena e escura”, cuja sala encontrava-se “mobiada por quatro ou cinco longos bancos de pinho sujos pelo uso, uma mesa pequena que pertencia ao mestre, e outra maior onde escreviam os discípulos, toda cheia de buracos para os tinteiros” (ALMEIDA, 1998, p.44-45).<sup>20</sup>

Em propaganda de 1874, o *Collegio São Francisco de Paula* também seguiu o modelo de anúncio que pretendia fazer destacar o estabelecimento pelo desenho do edifício. Ao lado dos poucos dados disponibilizados na publicidade, os responsáveis pelo colégio registravam também a oferta do ensino preparatório para meninos (aqueles que desejam ingressar nas faculdades, e para isso prestavam exames com disciplinas específicas para os cursos escolhidos).



<sup>20</sup> ALMEIDA, M. A. *Memórias de um sargento de milícias*. São Paulo: Ática, 1998.

---

Lendo, olhando e observando estas publicidades o historiador precisa estar amparado metodologicamente para compreender as fontes como documentos de uma época específica, não como verdades ou retratos de um acontecimento. Numa investigação de caráter histórico, que não é outra coisa senão um diálogo com “pedaços” do passado e com o silêncio dos fatos (MARROU, s/d), o trabalho opera-se a partir do contato cuidadoso com as fontes. Por isso, deve considerar sua localização, organização, acesso, condições e problemas decorrentes da disposição e critérios de organização (NUNES; CARVALHO, 2005). Para se tornar exequível o empreendimento, ou a operação historiográfica, antes de tudo é mister montar estratégias metodológicas que viabilizem a aproximação com o que é proposto: a localização e a correlação de fontes. Reunir os vestígios, os sinais e os indícios daquelas iniciativas, ao mesmo tempo, articular e cruzar dados, haja vista que não existem documentos para cada situação específica (BLOCH, 2001).

Assim, compreende-se que, o que estava naqueles jornais, gazetas, almanaques, folhetos, ofícios, relatórios, são apenas fragmentos, resíduos do que era a malha de escolarização privada no século XIX. Neste caso, foi possível compreender que o conteúdo anunciado tencionava valorizar os respectivos serviços dos anunciantes, pelo fato de estarem disponibilizados como propagandas, destacando-lhes entre tantos no concorrido e numeroso comércio particular.

Muitos colégios procuraram representar, evidenciar pontos comuns com os preceitos da intelectualidade médica do século XIX e das leis do ensino, dando destaque para as preocupações como ar puro, ambientes espaçosos, salubres e limpos, exercícios físicos, controle das curiosidades sexuais, vigilância e punição contra maus comportamentos. Bem articulados, estes cuidados providenciariam benefícios para saúde infantil, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da moral e o comedimento nos usos do corpo, dos sentidos, diziam os anunciantes. Ao mesmo tempo, as dimensões arquitetônicas de alguns dos colégios particulares, da estrutura física dos prédios utilizados para o ensino estiveram em cena circulando nos anúncios.

Estes são apenas alguns dos aspectos articulados a uma questão maior referente ao ensino particular no século XIX, daquela malha que se expandia significativamente na Corte Imperial e em todo país. Para o campo da História da Educação, a contribuição proposta é dar destaque a uma reflexão atual e necessária: a política pública de difusão do ensino elementar ganhou um adepto de grande relevo naquele tempo. E é imprescindível que se conheça estas forças que atuaram em prol da instrução.

De uma maneira geral, a adesão à forma escolar moderna foi feita por forças distintas. Atuando na formalidade ou informalidade, muitos se empenharam na empreitada, tornando-se os

---

principais responsáveis pela emergência dos equipamentos escolares e por uma vasta série de iniciativas de caráter educativo. Estas forças são: o Estado Imperial, as manifestações religiosas (católicos, protestantes, espíritas, indígenas, afro-brasileiros, etc.), e a Sociedade Civil (agremiações, grupos, associações, sociedades, clubes, etc.).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. *Instrução Pública no Brasil (1500-1889). História e legislação*. 2. ed. Trad.: Antonio Chizzotti; ed. Crítica Maria do Carmo Guedes. São Paulo: EDUC, 2000.
- BARROSO, Liberato. *A instrução pública no Brasil*. Pelo Conselheiro José Liberato Barroso - 1867. Pelotas: Seiva. 2205. (Série: Filosofia e História da Educação).
- BORGES, Angélica. *Ordem no ensino: inspeção de professores primários na Capital do Império brasileiro (1854-1865)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2001.
- FARIA FILHO, L. O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise. In: VEIGA, Cynthia; FONSECA, Thaís. (Orgs.). *Historiografia e história da educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- GARCIA, Inára. *Certame de atletas vigorosos/as: uma análise dos processos de seleção de professores/as no século XIX (1855-1863)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.
- GONDRA, José G. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004.
- GONDRA, José. G.; SCHUELER, Alessandra Frota M. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.
- LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da instrução no século XIX: colégios particulares, publicidade, subvenções públicas*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação da UERJ. Rio de Janeiro, 2010.
- \_\_\_\_\_; SILVA, Flávia Barreto. Espaços de aprendizagem para surdos, mudos e cegos: Instituições educativas do século XIX. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)*, v. 89, p. 325-340, 2008.
- MARTINEZ, Alessandra. *Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 1999.
- MARROU, H.-I. *Do conhecimento Histórico*. 3. ed. Trad.: Ruy Bello. São Paulo: EDPU, s/d.
- NEVES, Helena. Propagandas das instituições de ensino de Pelotas. Visibilidade ao espaço escolar. In.: ANPED. *Anais da 32ª Reunião...* Caxambu, MG: ANPED. 2009.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta M.C. Historiografia da educação e fontes In: GONDRA, J.G. (Org.). *Pesquisa em História da Educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- OLIVEIRA, Antonio A. *O ensino público*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): Cultura e Sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007.
- TEIXEIRA, Gisele. *O grande mestre da escola: os livros de leitura para a escola primária da Capital do Império Brasileiro*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.
- UEKANE, Marina N. *"Instrutores da Milícia cidadã": A Escola Normal da Corte e a formação de professores primários (1854-1889)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de Pós-graduação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2008.

---

VARELA, Julia & ALVAREZ URIA, Fernando. A maquinaria escolar. Porto Alegre: *Teoria e Educação*, 6, p. 68-96, 1992.

VASCONCELOS, Maria C. *A casa e seus Mestres: a educação no Brasil dos Oitocentos*. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VINCENT, G., LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista. Dossiê: Trabalho e Educação*. Revista da Faculdade de Educação da UFMG, 33, junho, 2001.

#### **Biblioteca Nacional – RJ**

Setor de Obras Raras:

Edições do *Jornal do Commercio* – 1854, 1859, 1864, 1869, 1874

#### **Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro – RJ**

Setor de Documentação Escrita: Série de Instrução Pública

Códices Gerais:

10.4.28 – 12.1.15 12.4.23 – 12.4.24 – 12.4.25 – 12.4.29 - 13.2.18 - 15.3.6.

#### **Fontes Digitalizadas (Universidade de Chicago/ EUA)**

*Almanak Laemmert* – [WWW.crl.edu](http://WWW.crl.edu)

*Relatório dos Ministros do Império* – [WWW.crl.edu](http://WWW.crl.edu)

## **LIGHTS OF INSTRUCTION: PRIVATE INITIATIVES IN EDUCATION IN THE NINETEENTH CENTURY**

### **ABSTRACT:**

In the nineteenth century the institution of school was forged and legitimized by the government and society, and various types of schools and educational practices have emerged from private initiatives and the actions of the Imperial State. The net private schools, however, reached levels more than accounted for significant numbers in the statistics of colleges and students. In this sense, it is imperative for the field of History of Education understand the organization and functioning of those experiences. Contributing to the task, this study reflects on some aspects related to "private education": freedom of education, statistics, law, advertising and physical structure of school buildings of the Imperial Court.

**Key words:** History of education; Imperial Court, private education.

*Enviado em setembro de 2010  
Aprovado em novembro de 2011*